2025

BRICS EM EXPANSÃO:

O Perfil Socioambiental dos Novos Membros e Parceiros do BRICS+

PUC RIO
Instituto de Relações Internacionais
BRICS Policy Center
Centro de Estudos e Pesquisas BRICS
ANOS 15 2010-2025
PLATAFORMA SOCIOAMBIENTAL
Apoio:
iCS+10 ANOS
instituto CLIMA e SOCIEDADE

SOBRE O BRICS POLICY CENTER

O BRICS Policy Center/Centro de Estudos e Pesquisas BRICS (BPC) é um think tank vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio), e atua enquanto um centro de reflexão independente, não partidário e sem fins lucrativos na cidade do Rio de Janeiro.

O BPC tem como missão contribuir para o avanço de uma agenda de desenvolvimento, ampliação de direitos e promoção da igualdade nos países do Sul Global, por meio da produção de conhecimento crítico e relevante para o debate público acerca das transformações em curso no sistema internacional e seus desdobramentos nos planos local, regional e nacional.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a) (s) autor (a) (es) (as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

SOBRE A PLATAFORMA SOCIOAMBIENTAL

A Plataforma Socioambiental é um núcleo de pesquisa do BRICS Policy Center, think tank do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio).

É um espaço de aprendizagem, disseminação de informação e troca de conhecimento. Seus projetos são dedicados à promoção de pesquisa, de análises críticas e de debates e diálogos que reúnam diferentes setores sobre temas como: governança ambiental global, as principais convenções internacionais sobre meio ambiente, as iniciativas climáticas dos países BRICS, bem como sobre justiça ambiental e climática.

Visando a construção e a disseminação de conhecimento, a equipe da Plataforma Socioambiental produz materiais como o **Podcast Meio Descomplicado**, cujos episódios abordam temas socioambientais de abrangência nacional e internacional de forma simples e direta; os informes do **Radar Socioambiental**; bem como policy briefings, fact sheets e papers.

CONTATO

Endereço: Rua das Laranjeiras, 307, 3º andar - Casas Casadas | Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ / **CEP:** 22240-004
Site: www.bricspolicycenter.org
Email: bpc@bricspolicycenter.org

EQUIPE BPC

DIRETORA DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA PUC-RIO
Isabel Rocha de Siqueira

DIRETORA DO BRICS POLICY CENTER
Marta Fernández

CONSELHO ACADÊMICO
Isabel Rocha de Siqueira
Maria Elena Rodriguez
Marta Fernández
Paulo Esteves

COORDENADORA ADMINISTRATIVA
Lia Frota e Lopes

GERENTE DE PROJETOS
Clara Costa

ASSISTENTE DE PROJETOS
Luana Freitas

EXPEDIENTE

PESQUISA: Giovanna Martins, Isabelle Fernandes Caon, Juan David Patiño, Maria Beatriz Mello, Matteo Minola e Pedro Paulo Nogueira
COORDENAÇÃO E REVISÃO: Maureen Santos e Paula Sandrin
EDIÇÃO E TEXTO: Bernardo Queiroz e Rafael Moreira
DIAGRAMAÇÃO: Clara Mimoso

BPC PAPERS V.12 N.10 - Maio/2025.
Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center.

ISSN: 2357-7681
38p; 29,7cm
Palavras-chave: 1. BRICS; 2. Clima; 3. Meio Ambiente; 4. Novos Membros

SUMÁRIO

Apresentação 5

Novos Membros 6

Arábia Saudita 7

Egito 9

Emirados Árabes Unidos 11

Etiópia 14

Indonésia 16

Irã 17

Box Argentina 19

Os Parceiros do BRICS: O que são? 20

Bielorrússia 21

Bolívia 23

Cazaquistão 25

Cuba 26

Malásia 28

Nigéria 29

Uganda 31

Uzbequistão 33

Tailândia 35

Considerações Finais e Agradecimentos 37

PUC RIO

Instituto de Relações Internacionais

BRICS Policy Center
Centro de Estudos e Pesquisas BRICS

PLATAFORMA SOCIOAMBIENTAL

Apoio:

iCS 10 ANOS instituto CLIMA e SOCIEDADE

APRESENTAÇÃO

Esta publicação consolida e amplia a análise iniciada na série **"BRICS em Expansão"**, divulgada no perfil da Plataforma Socioambiental no Instagram entre 2023 e 2025. Este trabalho integra o compromisso da Plataforma Socioambiental do BRICS Policy Center com a produção e disseminação de conhecimento.

Apresentamos aqui os perfis dos 20 países que, a partir de 2024, intensificaram seu envolvimento com o BRICS – seja por meio da adesão formal ao grupo, com a inclusão de 11 novos membros, seja pelo novo status de “parceiros” do BRICS, categoria que abrange outras 9 nações.

Com esta análise, buscamos ilustrar a diversidade do novo BRICS expandido – o **BRICS+**, como tem sido chamado. Os novos membros e países parceiros ampliam a diversidade do bloco em várias dimensões: distribuição geográfica, estruturas econômicas, contextos sociopolíticos e perfis ambientais e climáticos. Para isso, reunimos os principais dados econômicos, sociais, políticos, ambientais e climáticos desses Estados, acompanhados de uma contextualização sobre o interesse de cada país na adesão ao BRICS ou de um caso emblemático relacionado à crise ambiental e climática.

NOVOS MEMBROS

O principal resultado da XV Cúpula do BRICS, realizada em 2023 na África do Sul, foi o anúncio da expansão do grupo para novos membros. Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã aceitaram o convite e entraram no bloco em janeiro de 2024. Já em janeiro de 2025, a Indonésia também passou a fazer parte do BRICS, como novo membro. A Arábia Saudita ainda não formalizou a sua adesão, mas acompanha as reuniões.

Legenda (de cima para baixo):
Arábia Saudita, Egito e Emirados Árabes

Legenda (de cima para baixo):
Etiópia, Indonésia e Irã

Para conhecer melhor a história do BRICS e como o bloco funciona, recomendamos a leitura do "Caderno para Entender o BRICS", publicação do BRICS Policy Center:

ARÁBIA SAUDITA

Com a expansão, o BRICS inaugura sua presença política no Oriente Médio, junto ao Irã e aos Emirados Árabes Unidos. A Arábia Saudita, embora ainda não tenha formalizado sua entrada no grupo, participa das reuniões. Sua aproximação ocorre em um cenário de crescentes tensões geopolíticas — tanto entre Estados Unidos, China e Rússia, quanto nas próprias relações do país com o Irã. O país integra o grupo dos novos convidados com vasto poder em combustíveis fósseis, somando-se ao Irã, Emirados Árabes Unidos e Egito.

Arábia Saudita em Números

Com uma população de 36,41 milhões de habitantes (2022), a Arábia Saudita possui um IDH de 0,875, ocupando o 35º lugar entre 191 países. Entre os novos membros do BRICS+, é o segundo país mais bem posicionado em IDH, ficando atrás apenas dos Emirados Árabes Unidos. Os principais setores da economia saudita são o petróleo e o gás natural. Entre as exportações em destaque estão: petróleo bruto (US$ 236 bilhões), petróleo refinado (US$ 45,3 bilhões) e gás natural (US$ 5,85 milhões). Os principais destinos das exportações sauditas são: China (US$ 68 bilhões), Índia (US$ 46,2 bilhões) e Japão (US$ 36,5 bilhões).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2020, a Arábia Saudita foi o 11º maior emissor de gases de efeito estufa no planeta, sendo responsável por 1,5% das emissões globais. O país emitiu 712,59 milhões de toneladas de carbono equivalente (CO_2e). Desses quase 712 Mt, o perfil de emissões se divide em: energia (78,8%), processos industriais (16%), resíduos (4,1%) e agricultura (1%).

Em 2021, a Arábia Saudita anunciou a atualização da sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) para a UNFCCC. A principal meta é não ultrapassar a emissão líquida de gases de efeito estufa (GEE) de 278 Mt CO_2e no ano de 2030. O país também se comprometeu a alcançar emissões líquidas zero (net zero) em 2060. Segundo análise do Climate Action Tracker, a NDC saudita é considerada criticamente insuficiente para alcançar o objetivo de limitar o aquecimento do planeta para mais de 1,5°C, considerando uma contribuição justa do país em relação às suas emissões de GEE.

Questões Socioambientais

A Arábia Saudita congrega duas características marcantes: o autoritarismo e a Saudi Aramco – a mais rica indústria de petróleo do mundo.

As propostas ambientais do país são criticadas pela exclusão da sociedade civil nos processos de debate e planejamento. A abordagem ambiental saudita se baseia no conceito de “economia de carbono circular”, vinculada à Saudi Green Initiative de 2021, com foco na restauração de ecossistemas.

O lobby do petróleo saudita durante as COPs de clima diluem a possibilidade de compromissos mais ambiciosos com a descarbonização da economia que não se limitem ao plantio de árvores e à instalação de placas solares no deserto. Segundo Ghiwa Nakat, diretora executiva do Greenpeace Mena (Oriente Médio e Norte da África), “A Arábia Saudita tem vindo a complementar o seu trabalho nas negociações com a sua típica enxurrada de declarações sobre a importância dos combustíveis fósseis na transição energética.”

Parceria com o BRICS

O presidente Lula considera a entrada do país favorável por associar o fortalecimento do banco dos BRICS com a participação da riqueza saudita nos créditos. Apesar disso, o reino saudita terá que repensar a conformidade ou não da sua política externa com novas questões que emergem com sua inserção no bloco: a rivalidade histórica entre Irã e Arábia Saudita e a Aliança, também histórica, com os Estados Unidos, eleva a atenção para possíveis consequências ao país com sua adesão ao bloco. A eventual participação do país acentuará as contradições com o Irã ou possibilitará caminhos de cooperação?

Além disso, o estreitamento dos laços do reino com Pequim tem preocupado Washington, que é o principal aliado estratégico do país na área de segurança. A exposição para um posicionamento mais explícito no cenário internacional é o que acarreta nas atuais dúvidas sobre sua adesão de fato ao BRICS, pois coloca em dúvida as tradicionais relações internacionais que constituem o Estado Saudita até os dias atuais.

Iniciando os novos integrantes do continente africano, o Egito se somará à África do Sul e à Etiópia. O país entra destacando interesses de acessar os investimentos do Banco BRICS e nas experiências financeiras que diminuam a dependência ao dólar.

Egito em Números

Com uma população de 111 milhões de habitantes (2022), o Egito possui um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,731, classificando-se em 97º lugar entre 191 países. No IDH, o Egito é o primeiro país mais bem colocado entre as nações africanas que irão integrar o BRICS a partir de 2024.

Os principais setores da economia egípcia são: agricultura, telecomunicações, exportação de petróleo e gás natural, e turismo. Entre os produtos de exportação mais relevantes estão: gás de petróleo (US$ 9,53 bilhões), fertilizantes nitrogenados (US$ 3,37 bilhões), petróleo refinado e bruto (US$ 2,88 bilhões e US$ 2,85 bilhões) e, por fim, ouro (US$ 1,73 bilhões). Os principais destinos das exportações são: Turquia (US$ 4,23 bilhões), Itália (US$ 3,32 bilhões), EUA (US$ 3,21 bilhões), Espanha (US$ 3 bilhões) e Índia (US$ 2,57 bilhões).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2021, o Egito foi o 29º maior emissor de gases de efeito estufa no planeta, sendo responsável por 0,63% das emissões globais totais. O país emitiu 299,96 milhões de toneladas de carbono equivalente (CO2e). Dessas quase 299 Mt CO2e, o perfil de emissões se divide em: energia (73,9%), processos industriais (9,8%), resíduos (9,3%) e agricultura (7%).

Em 2023, o Egito anunciou a atualização da sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) para a UNFCCC. A NDC do Egito ainda não inclui uma meta de redução de emissões para toda a economia, mas apresenta reduções de emissões a serem alcançadas nos subsetores da eletricidade, transportes e petróleo e gás até 2030. O Egito não tem uma meta líquida zero, nem apresentou uma estratégia de longo prazo (LTS) à UNFCCC em julho de 2023. A Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas do Egito para 2050 não tem uma meta de redução de emissões.

Segundo análise do Climate Action Tracker, a NDC egípcia é altamente insuficiente. A meta condicional do NDC do Egipto em 2030 conduz a um aumento, em vez de uma diminuição, das emissões.

Questões Socioambientais

As condições geográficas e sociais do Egito o colocam como extremamente vulnerável às mudanças climáticas. Segundo análise do Banco Mundial, o delta do Rio Nilo é um dos hotspots mais extremos em relação a fenômenos extremos. O Sumário Executivo da UNFCCC destaca que o impacto climático no país multiplicará suas vulnerabilidades. 95% dos recursos hídricos são oriundos do Nilo, que concentra nas suas margens a densidade demográfica egípcia, ou seja, qualquer alteração do fornecimento de água resultará em deslocamento em massa de pessoas. A perda de terras agricultáveis é esperada com o aumento do nível do mar e com a intensidade das secas e do calor desértico sob a região que tem expectativa de crescimento populacional.

"O cenário da sociedade civil em relação às mudanças climáticas no Egito, em todos os casos, parece fragmentado e pequeno. Poucas organizações têm o financiamento e as conexões necessárias para influenciar a ação climática, para apoiar as mobilizações locais e envolver as OSCs nacionais na frente internacional." (Dr. Dina Zayed)

Entretanto, a sociedade civil no país se alterou após sediar a COP27. O debate climático no país, que encontra dificuldade em meio à crise econômica que domina o debate público, avançou.

Parceria com o BRICS

A dívida pública bruta do Egito aumentou de 13,1% para 95,6% do PIB no exercício de 2022/23. A dívida externa do país mais do que quadruplicou para 162,9 mil milhões de dólares em dezembro de 2022, contra menos de 40 mil milhões de dólares em 2015, segundo dados do Ministério das Finanças do Egito. O endividamento e a crise inflacionária se retroalimentam no país. O endividamento se soma ao descrédito da liderança do presidente Abdel Fattah El-Sisi, que afasta investimentos externos. Cabe destaque aos megaprojetos de infraestrutura sem uma previsão de retorno em benefício econômico justificável em meio à crise, como a nova capital construída do zero.

"(...) A libra egípcia caiu 50% em relação ao dólar dos EUA desde março de 2022. O país é um devedor significativo do Fundo Monetário Internacional e se juntou ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) do BRICS em fevereiro para ajudar a aliviar a escassez de dólares. (...) Embora a filiação ao BRICS possa não consertar a economia do Egito no curto prazo, os economistas dizem que isso poderia eventualmente ajudar o país a atrair mais investimentos e reduzir o peso de sua dívida." (Nosmot Gbadamosi, Africa Brief FP)

Os sete principados que formam o Estado emiradense foram construídos pela fortuna e influência da “aristocracia do petróleo” no século XX. Uma confederação de autocracias. O desenvolvimento recente da região intensificou a coalizão dos Emirados que hoje fazem parte do EAU (antiga “costa pirata”), formado por Abu Dhabi, Dubai, Xarja, Ajmã, Umm al-Quwain, Ras al-Khaimah e Fujeira.

Emirados Árabes em Números

Com uma população de 9,441 milhões de habitantes (2022), os Emirados Árabes Unidos possuem um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,911, classificando-se em 26º lugar entre 191 países. No IDH, os Emirados Árabes Unidos são o primeiro país mais bem colocado entre as nações que irão integrar o BRICS a partir de 2024. O país é uma federação composta por 7 emirados, sendo a capital Abu Dhabi.

Os principais setores da economia dos Emirados Árabes Unidos são: petróleo, gás natural, construção, industrial e serviços. Entre os produtos de exportação mais relevantes estão: petróleo bruto (US$ 105 bilhões), petróleo refinado (US$ 57,9 bilhões) e ouro (US$ 32,8 milhões). Os principais destinos das exportações são: Índia (US$ 51 bilhões), Japão (US$ 40,9 bilhões), China (US$ 32,5 bilhões) e Arábia Saudita (US$ 27,8 bilhões).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2020, os Emirados Árabes Unidos foram o 35º maior emissor de gases de efeito estufa no planeta, sendo responsáveis por 0,53% das emissões globais totais. O país emitiu 249,93 milhões de toneladas de carbono equivalente (CO_2e). Dessas quase 249 Mt CO_2e, o perfil de emissões se divide em: energia (87%), resíduos (8,9%), processos industriais (3,3%) e agricultura (0,8%).

Em 2023, os Emirados Árabes Unidos anunciaram a atualização da sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) para a UNFCCC. A sua principal meta é não ultrapassar a emissão líquida de gases de efeito estufa (GEE) de 182 Mt CO_2e no ano de 2030. O país também se comprometeu a alcançar emissões líquidas zero (net zero) em 2050. Segundo análise do Climate Action Tracker, a NDC saudita é criticamente insuficiente para alcançar o objetivo de limitar o aquecimento do planeta para mais de 1,5ºC, considerando uma contribuição justa do país em relação às suas emissões de GEE.

Atualização: Em novembro de 2024, os Emirados Árabes Unidos apresentaram formalmente sua nova NDC, em conformidade com o ciclo de atualização das NDCs 3.0 exigido pela UNFCCC. O documento traz a nova meta de mitigação para 2035: reduzir 47% das emissões, em comparação aos níveis de 2019 (196,3 MtCO2e). Dessa forma, o país se compromete a emitir até 103,5 MtCO2e em 2035. O Climate Action Tracker analisou a nova NDC e não considera as novas metas alinhadas com o objetivo do Acordo de Paris, de manter o aquecimento da temperatura do planeta em 1.5ºC.[1]

Questões Socioambientais

Os trabalhadores migrantes nos Emirados Árabes Unidos (que constituem cerca de 88% da população do país), além de enfrentarem abusos laborais generalizados e terem seus direitos violados, estão expostos a riscos climáticos crescentes, especialmente trabalhando sob calor extremo sem proteções adequadas, o que pode causar danos crônicos à sua saúde, afirmou a Human Rights Watch em novembro de 2023. Os governos mais responsáveis pelas alterações climáticas, como os EAU (que foi o anfitrião da última COP28), bem como as principais empresas petrolíferas privadas, devem oferecer apoio, incluindo financiamento climático, às comunidades em países vulneráveis ao clima, como o Nepal, o Bangladesh e o Paquistão, que foram mais duramente atingidos pelas alterações climáticas. Todos os estados e empresas devem eliminar gradualmente os combustíveis fósseis que estão a impulsionar a crise climática.

“Os trabalhadores migrantes baseados nos EAU e as suas comunidades no país de origem estão entre aqueles que menos contribuem para a crise climática, mas são muitas vezes aqueles que têm a maior exposição aos danos climáticos e estão a lutar para lidar com eles.” (Joshua Krasna, Foreign Policy Research Institute)

“Os EAU não só contribuem para a crise climática como um dos maiores produtores mundiais de combustíveis fósseis e um dos maiores emissores per capita de gases com efeito estufa, como também os seus abusos laborais profundamente enraizados e as proteções térmicas inadequadas contribuem para a injustiça climática de múltiplas formas.” (Michael Page, Vice-Diretor do Oriente Médio da Human Rights Watch)

1- *Para mais informações, ver:* United Arab Emirates Third Nationally Determined Contribution, 2024. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/2024-11/UAE-NDC3.0.pdf>. A análise completa do Climate Action Tracker está disponível em: <https://climateactiontracker.org/countries/uae/2035-ndc/>.

Parceria com o BRICS

O interesse dos Emirados pelo BRICS é alinhado à busca por autonomia regional e internacional. O recente pragmatismo dos Emirados responde a essa virada de chave do país, buscando maior protagonismo em uma política internacional que se reconfigura e abre caminhos para maior independência em relação aos sauditas e aos norte-americanos.

As discordâncias com os sauditas no âmbito da OPEP e a aproximação com a China, exibem um país em busca de diversificar suas relações internacionais e explorar a estagnação política na região a seu favor. A manutenção de boas relações com o mundo através do multilateralismo é uma forma de projetar-se no mundo como uma alternativa “moderna” na região do Golfo e do Oriente Médio. Os “Acordos Abraham” de 2020 com Israel é um símbolo da nova política externa do país.

“Após uma década de políticas aventureiras na região, o país normalizou as relações com quatro dos principais Estados concorrentes da região: Irã, Israel, Turquia e Qatar, Síria. As novas orientações da política dos Emirados podem ser vistas como uma função da falta de sucesso da sua anterior política de pequena Esparta.” (Joshua Krasna, Foreign Policy Research Institute)

O ingresso da Etiópia foi sugerido pela África do Sul. Reforçando os interesses do continente em contato com dois grandes investidores: Índia e China. Além disso, Etiópia é a sede da União Africana, na capital Adis Abeba. É o país africano com a segunda maior população, atrás apenas da Nigéria.

Etiópia em Números

Com uma população de 126,5 milhões de habitantes em 2023 (WB), o país ocupa a 176ª posição entre 193 países no Índice de Desenvolvimento Humano, com um IDH de 0,492 (UNDP, 2022). A Etiópia teve uma das maiores taxas de crescimento entre 2022 e 2023, 7,2%. O país apresenta taxas chinesas de crescimento, sendo previsto um crescimento de 6% para 2024 (WB, Grupo Banco Africano de Desenvolvimento). Os principais setores da economia etíope são agricultura, indústria têxtil e couros de animais (OEC). Exportações em destaque: café cru (US$ 1,55 bilhão), ouro (US$ 546 milhões), flores cortadas (US$ 255 milhões), outros vegetais (US$ 235 milhões) e outras sementes oleaginosas (US$ 212 milhões). Os principais destinos das exportações em 2022 foram: Emirados Árabes Unidos (US$ 723 milhões), Estados Unidos (US$ 557 milhões), Alemanha (US$ 274 milhões), Arábia Saudita (US$ 268 milhões) e Somália (US$ 265 milhões).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2021, a Etiópia foi o 41º maior emissor de gases de efeito estufa no planeta, sendo responsável por 0,42% das emissões globais totais. O país emitiu 199,27 milhões de toneladas de carbono equivalente (CO2e), a divisão se dá da seguinte forma: agricultura (64,3%), uso da terra e silvicultura (16,6%), energia (14%), resíduos (2,7%) e processos industriais (2,4%).

Em 2021, a Etiópia atualizou sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) para a UNFCCC. Em sua meta condicional (dependente de apoio financeiro externo), o país se comprometeu com uma redução de 68,8% nas emissões de GEE em toda a economia até 2030 em relação à projeção BAU ("business as usual"). Na meta incondicional (sem apoio), o país busca pelo menos uma redução de 14% nas emissões até 2030 em relação à mesma projeção. Além disso, comprometeu-se a alcançar emissões líquidas zero (net zero) até 2050. Segundo análise do Climate Action Tracker, a Etiópia é um dos poucos países classificados como “Quase Suficiente”. Essa classificação indica que os planos climáticos da Etiópia estão dentro da faixa do que é considerado uma parcela justa do esforço global; no entanto, teria que ser mais ambiciosa com seus planos apoiados internacionalmente para ser consistente com o limite de temperatura de 1,5°C do Acordo de Paris

Questões Socioambientais

Protagonista em desenvolvimento em meio à guerra e aumento da fome? A guerra prolongada na região do Tigré contribuiu significativamente para agravar a insegurança alimentar e levar a um número alarmante de deslocamentos internos. A fome é um problema antigo no país e a conjunção do conflito com eventos extremos poderá multiplicar suas consequências. Previsões climáticas para o Chifre da África combinam os dois extremos: secas e inundações. Segundo a Organização Meteorológica Mundial, há uma probabilidade excepcionalmente elevada (de mais de 80%) de ocorrência de mais chuvas do que o habitual no sul da Etiópia, leste do Quênia e sul da Somália. A jornalista Laetitia Bader, do HRW, vê com ironia o prêmio da FAO dado ao Primeiro Ministro Abiy Ahmed em 2022, a medalha agrícola.

"Em setembro de 2022, um relatório de uma investigação independente da ONU concluiu que as táticas do governo etíope (...) equivaliam ao uso da fome como arma de guerra e crimes contra a humanidade. (...) a ONU e outros órgãos internacionais fizeram pouco para condenar essas políticas ou tomar medidas concretas para impedi-las" (ONU News, HRW, DW).

Parceria com o BRICS

Segundo a análise de Gurjit Singh, ex-embaixador indiano na Etiópia, a inserção do país nos BRICS é bastante inusitada. A entrada foi uma vitória da insistência da Etiópia, que conseguiu demonstrar viabilidade e sentido para seu ingresso. Entre candidatos mais fortes como Nigéria e Quênia, destacou-se pelo voluntarismo com o grupo. Singh aponta três motivações estratégicas da Etiópia: 1) a perda da parceria norte-americana; 2) a busca por aliviar a dívida externa, comum a outros países africanos; 3) os interesses geopolíticos etíopes no Chifre da África.

As relações com vizinhos, como a preferência da região autônoma de Somaliland à província de Taiwan e a boa recepção da potencial soberania da região pelos etíopes, que buscam acesso ao Mar Vermelho, podem ganhar novos significados. Se acrescentará o papel político das discussões dentro da esfera dentro da esfera do BRICS demonstrando assim, o adensamento das complexidades políticas da região atualmente.

(***Fontes:*** FIRST POST INDIA, ORE)

Com a expansão, o grupo inaugura sua presença política na região do Sudeste Asiático, do qual a Indonésia é a maior economia. Em janeiro deste ano, o Brasil anunciou a entrada da Indonésia como membro pleno do BRICS. O país asiático possui uma das maiores populações e economias da Ásia, sendo a primeira nação a ingressar no grupo sob a presidência brasileira, em 2025.

Indonésia em Números

A Indonésia tem uma população de 279,2 milhões de habitantes (2023), um PIB de 1,371 trilhões de dólares em 2023, representando 1,30% da economia mundial, e um IDH de 0,718 em 2023, classificando-se em 114º lugar entre 193 países. Apesar de registrar progressos constantes em educação, saúde e renda, ainda persistem desigualdades regionais significativas. Sua economia tem como principais setores a agricultura e a mineração. Entre os destaques de exportação estão o óleo de palma, carvão mineral e gás natural liquefeito. Os principais destinos dessas exportações são: China (US$ 16,8 bilhões), EUA e Japão (US$ 16,2 bilhões), Singapura (US$ 11,2 bilhões) e Índia (US$ 10,1 bilhões).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2021, a Indonésia foi o 6º maior emissor de gases de efeito estufa no planeta, sendo responsável por 3,11% das emissões globais totais. O país emitiu 1.475 megatoneladas de carbono equivalente (MtCO2e). O perfil de emissões da Indonésia se divide em: energia (45,7%), uso da terra e mudança no uso da terra e florestas – LULUCF (32,1%), agricultura (10,4%) e resíduos (9,5%).

Em 2022, a Indonésia apresentou uma NDC Reforçada, aumentando suas metas de redução de emissões para 31,98% incondicionalmente e 43,20% condicionada ao suporte internacional. Sua Estratégia de Longo Prazo visa alcançar a neutralidade de carbono até 2060 ou antes. No setor energético, o país pretende ampliar a participação das energias renováveis para 23% até 2025 e 31% até 2050. Contudo, segundo análise do Climate Action Tracker, a NDC da Indonésia é considerada criticamente insuficiente para atingir a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C.

Questões Socioambientais

A Indonésia enfrenta desafios significativos relacionados à transição para uma economia de baixo carbono devido à sua alta vulnerabilidade climática. Essa vulnerabilidade é agravada por sua geografia, sendo o maior arquipélago do mundo. Entre os principais riscos climáticos estão o aumento da frequência de tempestades, secas prolongadas e enchentes. As áreas costeiras também estão ameaçadas pela elevação do nível do mar, o que pode causar a migração forçada de milhões de pessoas e grandes perdas socioeconômicas e culturais.

Sofrendo sanções diplomáticas e econômicas desde a Revolução Islâmica, o Irã alinha sua política externa com o BRICS, buscando alívio doméstico na economia e aliados estratégicos na região. A entrada do Irã no BRICS fortalece as relações euroasiáticas diante das instituições ocidentais e abre um novo precedente para a política no Oriente Médio, junto aos novos integrantes.

Irã em Números

Com uma população de 89,1 milhões de habitantes (2023), o país possui um IDH de 0,780 (ONU), ocupando a 78ª posição entre 193 países (2022). No Human Capital Index (Banco Mundial), o Irã tem posição melhor que a média do Norte da África, Oriente Médio e de países de renda média baixa em geral. O país é uma República Teocrática que compõe instituições democráticas — Legislativo, Judiciário e Executivo — com o Líder Supremo e o Conselho de Guardiões, defensores das leis islâmicas. A capital é Teerã.

Os principais setores econômicos são petróleo, gás natural, indústria e serviços. Em 2022, os produtos de exportação de destaque foram: polímeros de etileno (US$ 2,73 bi), cobre refinado (US$ 1,02 bi), álcoois acíclicos (US$ 997 mi), alumínio bruto (US$ 894 mi) e gás de petróleo (US$ 595 mi). Os principais destinos das exportações são: China (US$ 5,72 bi), Turquia (US$ 3,17 bi), Kuwait (US$ 960 mi), Paquistão (US$ 762 mi) e Índia (US$ 653 mi).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2021, o Irã foi o 9º maior emissor de gases de efeito estufa no mundo, responsável por 1,78% das emissões globais, totalizando 844,7 milhões de toneladas de carbono equivalente (CO2e). A distribuição das emissões foi: energia (85,5%), processos industriais (5,7%), resíduos (5,1%) e agricultura (3,7%).

Sem atualizações, em 2015, o Irã anunciou sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) para a UNFCCC. A NDC compromete-se a reduzir as emissões em 4% (redução incondicional) ou 12% (redução condicional) em relação ao “business as usual” (BAU) até 2030. O Irã não tem uma meta líquida zero, nem apresentou uma estratégia de longo prazo (LTS) à UNFCCC. Além disso, o país ainda não tem ratificado a assinatura do acordo de Paris. Entretanto, o país acrescentou em sua NDC que as metas de mitigação não serão implementadas enquanto houver sanções internacionais em vigor. Segundo análise do Climate Action Tracker, a NDC iraniana é criticamente insuficiente. Indicando uma ação mínima ou nenhuma ação.

A meta incondicional do Irã não está de acordo com nenhuma interpretação de uma abordagem justa para atingir o limite de 1,5ºC. Se todos os países seguissem a abordagem do Irã, o aquecimento ultrapassaria 4ºC.

Questões Socioambientais

Em 2024, o país libertou um grupo de ambientalistas que haviam sido detidos sob acusações controversas relacionadas à segurança nacional e espionagem. A libertação foi vista como um passo positivo em meio a preocupações contínuas com os direitos humanos no país. Os ambientalistas foram presos em 2018, acusados de espionagem por supostamente coletarem informações sensíveis sobre locais estratégicos. O caráter arbitrário das medidas, se junta à repressão violenta em 2022 aos protestos relacionados aos direitos civis, após a morte de uma jovem curda de 22 anos por não usar o véu islâmico adequadamente. Com a morte do presidente Ebrahim Raisi e a eleição de Masoud Pezeshkian, a esperança de reformas foram estipuladas ainda que enfrentará o conservadorismo do Ayatollah e as sanções econômicas dos Estados Unidos/instituições ocidentais.

"No Irã, portanto, a defesa do meio ambiente necessita atravessar a necessidade básica da defesa dos direitos humanos como pré-condição para a defesa do futuro do planeta." (***Fonte:*** NIAC Council, BBC)

Parceria com o BRICS

A entrada iraniana no BRICS tem grande responsabilidade chinesa e russa. O país entrou oficialmente para a Organização para Cooperação de Xangai (OCS) em 2023. Integrando o grupo com Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão, Tadjiquistão, Índia e Paquistão. A integração regional da OCS condiz com a entrada do país ao BRICS, que além disso, o colocará em proximidade com um parceiro comercial estratégico importante como o Brasil em commodities e insumos agrícolas. A presença iraniana também torna mais explícito a posição autônoma do bloco em relação a instituições ocidentais. Não menos importante a parceria estratégica Rússia e Irã na área militar, no comércio de drones de guerra.

O ex-presidente iraniano, Ebrahim Raisi, afirmou: *"A participação do Irã no bloco é oposição ao unilateralismo americano"* em uma reunião com o presidente Xi Jinping em 2023. Uma outra questão é a coexistência Irã e Arábia Saudita no grupo que poderá ou não ser a continuidade do projeto chinês de mediação que já conseguiu "normalizar" as relações diplomáticas dos dois países em 2023.

"Pode estar surgindo um conflito intragrupo entre os Estados membros que buscam um confronto com o Ocidente, especialmente Rússia, China e Irã, e aqueles que buscam a coexistência com o Ocidente." (Ali Fathollah-Nejad e Amin Naeni, pesquisadores do CMEG: Center for Middle East and Global Order). (***Fonte:*** Carta Capital, ORF, George Town Journal of International Affairs, STIMSON)

Único país sul-americano entre os seis convidados em 2023 a participar do BRICS, a Argentina foi considerada o “convite brasileiro” ao bloco, já que é um grande parceiro de comércio e cooperação do Brasil. Todavia, com a posse de Javier Milei em janeiro de 2024, o novo presidente recusou o convite. Antes do convite ser negado, a Plataforma Socioambiental tinha publicado no perfil socioambiental da Argentina nas redes sociais. Neste Box, apresentamos os principais dados.

Argentina em Números

Com uma população de 47 milhões de habitantes (2022), a Argentina apresenta um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,842, classificando-se em 47º lugar entre 191 países. Mesmo em tempos de crise, o país se destaca com o segundo maior IDH da América do Sul, perdendo apenas para o Chile e superando o Brasil em 40 posições. Os principais setores da economia argentina são: agricultura, indústria (com ênfase em agricultura/pecuária e indústria automobilística), turismo e serviços. Entre os produtos de exportação mais relevantes estão: milho (US$ 8,88 bilhões), farelo de soja (US$ 8,63 bilhões), óleo de soja (US$ 6,17 bilhões), caminhões (US$ 3,89 bilhões) e trigo (US$ 2,71 bilhões). Os principais destinos das exportações argentinas são: Brasil (US$ 11,2 bilhões), China (US$ 5,93 bilhões), Estados Unidos (US$ 4,55 bilhões) e Índia (US$ 4,19 bilhões).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2020, a Argentina foi o 22º maior emissor de gases de efeito estufa no planeta, sendo responsável por 0,8% das emissões globais. O país emitiu 394,76 milhões de toneladas de carbono equivalente (CO2e). Desses quase 375 Mt CO2e, o perfil de emissões da Argentina se divide em: energia (46,5%), agricultura (35,6%), LULUCF – uso da terra e mudança no uso da terra e florestas (8,8%), processos industriais (7,6%) e resíduos (1,5%).

A última atualização da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) da Argentina foi em 2021. A principal meta é não ultrapassar a emissão líquida de gases de efeito estufa (GEE) de 349 Mt CO2e no ano de 2030. O país também se comprometeu a alcançar emissões líquidas zero (net zero) em 2050. Segundo o Climate Action Tracker, a NDC argentina é criticamente insuficiente para alcançar o objetivo de limitar o aquecimento do planeta para mais de 1,5°C, mesmo considerando uma contribuição justa do país em relação às suas emissões de GEE.

Questões Socioambientais

Sobre questões socioambientais, o país possui diversos desafios internos, como: incêndios florestais, uso de agrotóxicos, poluição da água e projetos como a exploração de petróleo em Mar del Plata têm causado preocupações ambientais.

Estatísticas alarmantes mostram que o país perdeu vastas extensões de florestas devido a incêndios, destacando a urgência da conservação. A luta dos grupos ambientalistas destaca o descontentamento com políticas ambientais ambíguas, incluindo uma estratégia para o setor energético centrada em combustíveis fósseis, além das energias renováveis serem preteridas em favor da energia nuclear.

OS PARCEIROS DO BRICS: O QUE SÃO?

A XVI Cúpula do BRICS (Kazan, Rússia) promoveu uma nova expansão do grupo, com a criação da categoria de **Países Parceiros**, isto é, nações que poderão integrar o BRICS, porém em um status inferior ao dos países membros efetivos.

Mas como se torna um País Parceiro do BRICS?

O processo de adesão como "País Parceiro" do BRICS é realizado em etapas. A primeira, são consultas informais pela presidência de turno, seguindo critérios como equilíbrio geográfico e de manutenção de boas relações diplomáticas com todos os membros do grupo. Em seguida, os líderes do agrupamento decidem por consenso convidar os países a somarem-se à categoria de "País Parceiro". Finalizadas as consultas, a divulgação dos novos parceiros na medida em que eles aceitam o convite.

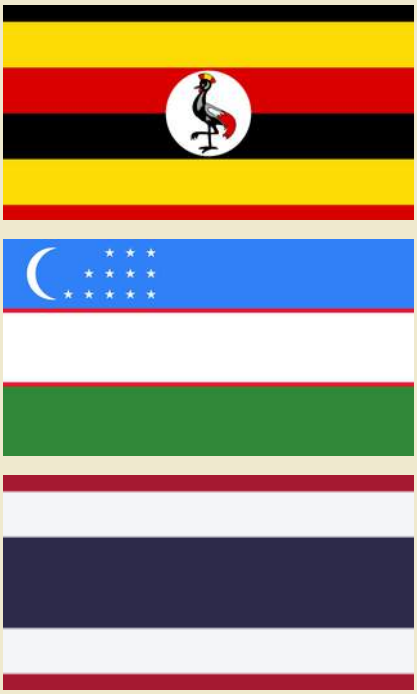
E como essas nações se integram aos processos do BRICS?

Os Países Parceiros são convidados para as Cúpulas, para a reunião de Ministros das Relações Exteriores e podem integrar outros espaços de discussão do fórum, após consulta aos países membros e decisão por consenso. Essas nações podem ainda endossar às Declarações de Cúpula do BRICS, Conjuntas dos Ministros das Relações Exteriores do BRICS, bem como a outros documentos finais. Porém, não possuem direito a voto nem poderão assumir a presidência rotativa do grupo.

Em janeiro de 2025, foram anunciados os seguintes parceiros:

Legenda (de cima para baixo):
Bielorrússia, Bolívia e Cazaquistão

Legenda (de cima para baixo):
Cuba, Malásia e Nigéria



Legenda (de cima para baixo):
Uganda, Uzbequistão e Tailândia

Um dos maiores aliados da Rússia, a Bielorrússia também acordou, em 2024, sua entrada na Organização para a Cooperação de Xangai (OCX). A Bielorrússia vê nos BRICS+ a oportunidade o caminho da diplomacia e a oportunidade de assegurar sua posição na implementação de interesses comerciais e econômicos.

Bielorrússia em Números

Com uma população de 9,1 milhões de habitantes, o país possui um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,801, classificando-se em 69° lugar entre 191 países. Os principais setores da economia são a produção de máquinas e ferramentas para corte em metal, tratores, caminhões, terraplanagem, motocicletas, grãos, batatas, legumes, beterraba, sacarina, linho, carne bovina e leite. As principais exportações da Bielorrússia são fertilizantes potássicos (US$ 1,89 bilhões), petróleo refinado (US$ 797 milhões), óleo de colza (US$ 540 milhões), madeira serrada (US$ 451 milhões) e tratores (US$ 311 milhões). Os principais destinos das exportações são a China (US$ 1,6 bilhões), Ucrânia (1,29 bilhões), Polônia (US$ 933 milhões), Cazaquistão (US$ 827 milhões) e Lituânia (778 milhões).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2021, a Bielorrússia foi o 59° maior emissor de gases de efeito no planeta, sendo responsável por 0,18% das emissões globais totais. O país emitiu 86,30 toneladas de carbono equivalente (CO2e). O setor energético é o responsável pela maioria dessas emissões (62,5%), seguido pela agricultura (26,8%), resíduos(7,6%) e processos industriais (3,1%).

A Bielorrússia possui apenas um NDC enviado, atualizado em 2021 e ativo atualmente. Esse NDC contém uma meta incondicional de redução de emissões de 35% até 2030 e uma meta condicional de 40% em relação aos níveis de 1990, mas não estabelece objetivos para setores específicos. A Bielorrússia não tem uma meta de emissões líquidas zero nem apresentou uma estratégia de longo prazo (LTS) a UNFCCC em seu último NDC. No entanto, a Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas da Bielorrússia define objetivos de mitigação. As metas de redução já tiveram um avanço significativo, pois entre 1999 e 1995 as emissões caíram de 140 milhões para cerca de 99 milhões de toneladas de CO2 equivalente.

Questões Socioambientais

A República da Bielorrússia é um país encravado na Europa Oriental, com complexos naturais e ecossistemas que ocupam 65,8% do território.

O governo tem implantado regulações e atividades de recuperação para florestas; como resultado, há um crescimento sustentável em áreas florestais. No entanto, as florestas naturais complexas estão sendo substituídas por espécies florestais mono-dominantes para fins econômicos. Os tipos de paisagem mais valiosos na Bielorrússia são pântanos, territórios inundados, florestas, morainas kame e complexos lacustres. Uma área prioritária é a conservação e o uso sustentável da Polésia, localizada na parte sul do país. No que diz respeito às atividades de energia renovável, a Bielorrússia tem a ambição de criar novas instalações, além de modernizar e reconstruir as já existentes. Além disso, o estado dá grande ênfase ao aumento do uso sustentável e racional do combustível de madeira, reconhecendo as suas vantagens em termos de custos e investimento.

As projeções climáticas indicam que a Bielorrússia deve diversos tipos de riscos climáticos no futuro, que incluem o aumento de 1,5 a 2° na temperatura até 2050, mudança nos padrões de precipitação, falta de umidade nas regiões sul e eventos climáticos extremos mais frequentes, incluindo inundações, secas e ondas de calor. Esses riscos devem causar impactos que podem prejudicar a Bielorrússia em diversas áreas. A saúde humana será afetada com maior incidência de doenças infecciosas e aumento do estresse térmico, a obtenção de recursos hídricos será dificultada devido a queda na qualidade da água e maior exposição à radionuclídeos no sul, o setor energético terá que lidar com o aumento da demanda por refrigeração no verão e interrupções acesso a energia devido à eventos climáticos extremos, os riscos maiores de incêndios, doenças e pragas invasoras deve prejudicar as florestas e na agricultura existe a previsão de queda na produtividade e aumento nas pragas e nas doenças.

Parceria com o BRICS

Segundo a análise de Gurjit Singh, ex-embaixador indiano na Etiópia, a inserção do país nos BRICS é bastante inusitada. A entrada foi uma vitória da insistência da Etiópia, que conseguiu demonstrar viabilidade e sentido para seu ingresso. Entre candidatos mais fortes como Nigéria e Quênia, destacou-se pelo voluntarismo com o grupo. Singh aponta três motivações estratégicas da Etiópia: 1) a perda da parceria norte-americana; 2) a busca por aliviar a dívida externa, comum a outros países africanos; 3) os interesses geopolíticos etíopes no Chifre da África. As relações com vizinhos, como a preferência da região autônoma de Somaliland à província de Taiwan e a boa recepção da potencial soberania da região pelos etíopes, que buscam acesso ao Mar Vermelho, podem ganhar novos significados. Se acrescentará o papel político das discussões dentro da esfera dentro da esfera do BRICS demonstrando assim, o adensamento das complexidades políticas da região atualmente. (***Fontes:*** FIRST POST INDIA, ORE)

Um dos dois países latino-americanos, junto à Cuba, que integra os países parceiros desde janeiro de 2025, a Bolívia vê no BRICS+ uma força ao caminho da reorganização política global e a oportunidade de extração das reservas de lítio do país e sua industrialização.

Bolívia em Números

Com uma população de 12,2 milhões de habitantes (2023), a Bolívia é a terceira nação com o menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)entre as nações parceiras dos BRICS, depois de Uganda e Nigéria. O IDH da Bolívia é de 0,698, classificando-se em 120° lugar entre 191 países.

Os principais setores da economia boliviana são a mineração, refino de coca, refino de minérios, petróleo, alimentos e bebidas, tabaco, artesanato, roupas e joalheria. Na pauta exportadora do país se destacam os setores de petróleo e gás ($3,08 bilhões), Ouro ($3,01 bilhões), minério de zinco ($1,68 bilhões), farinha de soja ($1,03 bilhões) e olho de soja ($874 milhões). Os principais destinos das exportações bolivianas são a Índia ($2,27 bilhões, Brasil ($1,89 bilhões), Argentina ($1,76 bilhões), Colômbia ($1,06 bilhões) e Japão ($963 bilhões).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2021, a Bolívia emitiu 131.43 toneladas de carbono equivalente (CO2e), isso fez do país o 48° maior emissor de gases de efeito estufa no planeta, sendo responsável por 0,28% das emissões globais. O uso da terra e mudança no uso da terra e florestas (LULUFT) é responsável pela maior parte da emissão de gases de efeito estufa no país, correspondendo a 56,8% das emissões. Os outros setores que contribuem para as emissões são a agricultura (22%), energia (17,5%), processos industriais (2,3%) e resíduos (1,3%).

Em maio de 2022, a Bolívia anunciou a atualização da sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Essa NDC não inclui uma meta de redução de emissões para toda a economia, mas apresenta metas nos setores energético, florestal, agrícola e da água até 2030. A Bolívia não tem uma meta de emissões líquidas zero, nem apresentou uma estratégia de longo prazo à UNFCCC em seu último NDC. A estratégia nacional para as alterações climáticas da Bolívia tem objetivos de adaptação e mitigação, focando em metas como redução do desmatamento, redução dos incêndios florestais, aumento da cobertura florestal, ampliação das áreas sob gestão florestal, maior eficiência energética e o aumento das energias renováveis na matriz energética.

Questões Socioambientais

A Bolívia está entre os 15 países com maior biodiversidade do mundo e têm a 13° maior parcela nacional de cobertura florestal, mas o desmatamento é uma das maiores problemáticas do país. Os principais fatores são a conversão para as pastagens de gado, agricultura mecanizada e agricultura de pequena escala. As áreas mais afetadas são Yungas, a Floresta Amazônica do sudoeste úmido e as florestas secas de Chiquitano e Chaco. As mudanças climáticas estão causando pressões na região tropical e amazônica do país, interrompendo os ciclos hídricos regionais e desregulado a temperatura, com uma mudança rumo a ciclos de secas, incêndios e inundações.

Isso representa uma ameaça para todo o país, dada a dependência inter-regional evidenciada pela reciclagem de umidade e precipitação promovidas pela evapotranspiração das florestas amazônicas, e sua redistribuição para as partes mais altas das cordilheiras e vales andinos, aumentando não só os riscos ambientais, mas também os produtivos em todo o território. Desde o final do século passado o governo adotou leis florestais e demarcou áreas de proteção que atualmente somam 16% do território nacional. Nos anos 2000, o governo assumiu uma política de co-gestão com grupos indígenas e organizações de agricultores nas áreas protegidas.

Parceria com o BRICS

A Bolívia, como país encravado (isto é, que não tem saída para o mar ou oceano), precisa estabelecer alianças estratégicas para superar suas limitações geográficas e acessar mercados globais. Com reservas estimadas em 21 milhões de toneladas de lítio, mas uma produção anual ainda baixa de 600 toneladas em 2022, o país busca impulsionar a industrialização desse recurso energético. Associar-se aos BRICS como aliado permitiria diversificar suas fontes de financiamento por meio do acesso ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e fortalecer a sua posição na transição energética global.

Nesse contexto, o presidente Luis Arce, durante um discurso em Kazan, destacou a importância de superar o sistema Bretton Woods, vigente desde 1945, que segundo ele, favoreceu exclusivamente as potências ocidentais e impôs uma "camisa de força" aos países em desenvolvimento. Para a Bolívia, os BRICS representam "um novo amanhecer" rumo a um sistema econômico mais justo e polar.

O país asiático foi recém anunciado como país parceiro no BRICS e é um dos dois países da Ásia Central, junto com o Uzbequistão, que integra os países parceiros desde janeiro deste ano.

Cazaquistão em Números

Com uma população de 19,9 milhões de habitantes, o Cazaquistão se situa na categoria de países com um desenvolvimento humano muito alto. O IDH do país é de 0,802, classificando o Cazaquistão como o 67° lugar entre 191 países. Os principais setores da economia do Cazaquistão são a extração de petróleo e gás natural, mineração de metais raros, produção siderúrgica e metalúrgica. O setor de petróleo e derivados é o mais importante em termos de exportações, sendo responsável por 73% do total exportado pelo país. A exportação de metais (como metais ferrosos, cobre, alumínio, zinco e urânio) e produtos agrícolas também figuram entre os principais da pauta exportadora. Os principais destinos das exportações são a Itália (18%), China (12%), Países Baixos (11%) e Rússia (10%).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2021, o Cazaquistão emitiu 291,82 milhões de toneladas de carbono equivalente (CO_2e). Isso faz do país o 29° maior emissor de gases de efeito estufa no planeta, sendo responsável por 0,61% das emissões globais totais. A maior parte dessas emissões é oriunda do setor energético, responsável por 88,2%. Além desse setor, a agricultura é responsável por 9,1%, além de 0,8% de resíduos.

Em abril de 2023, o Cazaquistão anunciou a atualização da sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). O país tem metas climáticas ambiciosas e pretende alcançar emissões líquidas zero até 2060. Sua NDC inclui o compromisso de reduzir as emissões de 15% a 25% até 2030, em comparação com os níveis de 1990. O foco da política ambiental do Cazaquistão está na transição energética e eficiência industrial, buscando reduzir a dependência do carvão, aumentar a participação das energias renováveis, melhorar a eficiência energética, investir na captura de carbono e ampliar o reflorestamento para mitigar as suas emissões.

Parceria com o BRICS

Apesar do apoio de países como a China, a adesão do Cazaquistão aos BRICS como membro pleno, o país decidiu entrar como parceiro, equilibrando as relações com vários atores internacionais, o que gerou algumas tensões com a Rússia. Após a decisão do Cazaquistão de não solicitar a adesão completa aos BRICS, a Rússia impôs restrições temporárias às importações de alguns produtos agrícolas cazaques.

O país caribenho foi recentemente anunciado como parceiro dos BRICS, reforçando a sua posição geopolítica desde janeiro deste ano.

Cuba em Números

Com 11,1 milhões de habitantes (2023), Cuba está na categoria de países com alto desenvolvimento humano. O IDH no país é se 0,764, o que classifica Cuba em 83° lugar entre 191 países.

Os principais setores da economia cubana são o turismo, indústria açucareiro, biotecnologia e indústria farmacêutica. Quanto as exportações, o níquel (responsável por 21% do total exportado), açúcar de cana, tabaco , minerais e charutos são os principais setores pauta exportadora. E os principais destinos das exportações são Canadá (30%), China (16%), Venezuela (12%) e Países Baixos (9%).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2021, Cuba emitiu 35,62 milhões de toneladas de carbono equivalente (CO_2e), o que faz do país o 108° maior emissor de gases de efeito estufa no planeta, sendo responsável por 0,07% das emissões globais totais. A energia e a agricultura são os dois setores que mais contribuem para essas emissões, contribuindo com 65,2% e 26,6% respectivamente, além de 5,9% de resíduos.

Em fevereiro deste ano, Cuba atualizou a sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Nessa NDC, Cuba manteve a meta de expansão da cobertura florestal para 33% até 2030 e aumentou a meta para a participação de energias renováveis para 26% da matriz energética, estabelecendo o prazo para até 2035. Ao contrário do NDC anterior, lançado em 2020, Cuba apresentou nesse ano uma estratégia de longo prazo para a descarbonização, visando ter uma geração de energia elétrica 100% renovável até o ano de 2050. Além disso, Cuba ressaltou em seu NDC que o bloqueio econômico organizado pelos Estados Unidos dificulta o acesso a financiamento e tecnologias, limitando a capacidade do país expandir a sua contribuição socioambiental.

O foco da política climática cubana, conforme foi confirmado durante a última assembleia geral da ONU, está centrado em uma estratégia que envolve a adaptação e a mitigação com iniciativas como melhoria da eficiência energética, promoção de um transporte sustentável, gestão de recursos hídricos e zonas costeiras, e promoção de práticas agrícolas resilientes.

Em 2020, Cuba apresentou a sua primeira Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) atualizada. Nessa NDC, Cuba estabelece como metas o aumento da participação de energias renováveis para 24% da matriz energética até 2030 e a expansão da cobertura florestal para 33%. No entanto, Cuba ainda não apresentou uma estratégia de longo prazo para a descarbonização nem definiu um objetivo de emissões líquidas zero. O foco da política climática cubana está centrado em uma estratégia que envolve a adaptação e a mitigação com iniciativas como melhoria da eficiência energética, promoção de um transporte sustentável, gestão de recursos hídricos e zonas costeiras e promoção de práticas agrícolas resilientes.

Atualização: Em fevereiro de 2025, Cuba atualizou a sua NDC, em conformidade com o ciclo de atualização das NDCs 3.0 exigido pela UNFCCC. O documento traz novas metas setoriais de mitigação, que incluem: Alcançar 26% da geração de eletricidade a partir de fontes renováveis de energia na matriz elétrica; aprimorar a eficiência energética do país entre 2031 e 2035; melhorar a capacidade de absorção líquida de carbono pelas florestas cubanas; e reduzir as emissões de gases de efeito estufa do setor de pecuária bovina leiteira.[2]

Questões Socioambientais

Cuba é um país particularmente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas. Nas últimas décadas, a ilha tem enfrentado um aumento de fenômenos meteorológicos extremos, como secas, inundações e furacões, além da elevação do nível do mar.

A frequência e a intensidade dos eventos climáticos extremos continuam a ser uma ameaça séria para Cuba, destacando a necessidade de medidas adicionais de adaptação e resiliência para proteger a ilha.

2- *Para mais informações, ver:* Contribución Nacionalmente Determinada 3.0, Republica de Cuba, 2025. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/202502/REPUBLICA%20DE%20CUBA%20CND3.0.pdf>. O Climate Watch traz uma análise e comparação com as NDCs anteriores, disponível em: <https://www.climatewatchdata.org/countries/CUB?end_year=2022&start_year=1990#climate-enhancements/>.

A entrada da Malásia, junto com a Indonésia e a Tailândia, como parceiro dos BRICS, consolida a presença do Sudoeste Asiático no bloco.

Malásia em Números

Com uma população de 33,9 milhões de habitantes (2023), a Malásia possui um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,803, classificando-se em 62° entre os 191 países. Este valor situa a Malásia na categoria de países com alto desenvolvimento humano.

Os principais setores da economia da Malásia são a agricultura (óleo de palma), petróleo, indústria eletrônica (semicondutores), turismo e serviços financeiros. As principais exportações do país são produtos eletrônicos, petróleo e gás e óleo de palma, e os principais destinos da exportação são a China (17%), Singapura (13%), Estados Unidos (11%) e Japão (9%).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2021 a Malásia foi o 25° maior emissor de gases de efeito estufa no planeta, sendo responsável por 0,77% das emissões globais. O país emitiu 367,76 milhões de toneladas de carbono equivalente. A maior parte das emissões são provenientes do setor energético (66,5%) os outros setores que mais emitem são LULUCF (18,1%), processos industriais (6,6%), resíduos (5,9%) e agricultura (3%).

Em junho de 2021, a Malásia apresentou sua última Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) atualizada. O país ainda não apresentou a revisão da NDC em fevereiro deste ano. A Malásia visa reduzir a intensidade de carbono na economia (em relação ao PIB) em 45% até 2030, em comparação com os níveis de 2005. A meta atualizada inclui o aumento de 10% em relação à submissão anterior e abrange sete gases de efeito estufa (GEE). A estratégia climática da Malásia está centrada na adaptação e mitigação, com iniciativas como melhoria da eficiência energética, aumento do uso das fontes renováveis, adoção de tecnologias ecológicas e gestão sustentável dos recursos naturais. No entanto, o país apresentou uma estratégia de longo prazo para a descarbonização. O país prevê alcançar a descarbonização total até 2050.

Parceria com o BRICS

A inclusão da Malásia como um país parceiro no BRICS representa um marco significativo em sua diplomacia comercial. A Malásia definiu metas para 2025 com foco no BRICS e no Sul Global. Os BRICS+ apresentam vastas oportunidades para a Malásia colaborar em tecnologias verdes, transformação digital e desenvolvimento de infraestrutura. A Malásia visa se posicionar como um centro de comércio e desenvolvimento, aprofundando a cooperação econômica e aumentando a resiliência da cadeia de suprimentos.

No dia 17 de janeiro de 2025, foi anunciada a entrada do país no BRICS como nação parceira.

Nigéria em Números

A Nigéria está entre os 30 países com o maior PIB do mundo e é a maior economia do continente africano, com o seu PIB de aproximadamente 500 bilhões de dólares representando 1,2% da economia mundial. Com uma população de 227,8 milhões de habitantes, o país é o mais populoso do continente africano e 6° do mundo.

Os principais setores da economia nigeriana são a agricultura e a indústria (com foco no setor de hidrocarbonetos). Os principais produtos exportados pela Nigéria são petróleo e derivados, fertilizantes e ouro. Os maiores destinos das importações são Espanha ($9,41B), Índia ($8,1B), França ($4,9B), Estados Unidos ($4,83B) e Países Baixos ($4,23B).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2021, a Nigéria foi o 24° maior emissor de gases de efeito estufa no planeta, sendo responsável por 0,78% das emissões globais. O país emitiu 369,38 megatoneladas de carbono equivalente (MtCO2e). A maior parte dessas emissões é proveniente do setor de energia (54,8%), seguido pelos setores de agricultura (21,1%), LULUCF (12,2%), processos industriais (8%) e resíduos (3,99%).

A última atualização da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) nigeriana foi em 2021. O país se compromete a reduzir 20% das suas emissões incondicionalmente e 47% condicional ao suporte internacional até o ano de 2030. O país também anunciou que pretende zerar suas emissões líquidas entre 2050 e 2070. Segundo a análise do Climate Action Tracker (CAT), a meta incondicional da NDC da Nigéria é classificada como compatível com 1,5°C, indicando que está alinhada com o limite de aquecimento de 1,5°C. Isso indica também que a meta nigeriana está de acordo com a contribuição justa do país para a redução do GEE. Por outro lado, a sua meta condicional é “quase suficiente”, o que significa que ainda não está totalmente alinhada com o limite de 1,5°C.

Após a COP 26, em 2021, a Nigéria lançou o seu Energy Transition Plan (plano de transição energética, em inglês). Com este plano, o país pode chegar ao net zero até 2060.

Para isso, o governo informa que saõ necessários 1,9 trilhões de dólares. O plano se divide em 5 setores que, segundo o governo nigeriano, correspondem a 65% das emissões do país. Esses setores são energia, cozinha, petróleo e gás, transporte e indústria. Cada setor possui medidas específicas de transição energética.

Alguns exemplos: Para a energia, o país se compromete a uma transição para a substituição de geradores a diesel e gasolina. No setor de transportes, a redução de 97% das emissões nacionais, a partir da adoção de veículos elétricos. Para a cozinha, as medidas são: A substituição rápida da lenha tradicional, querosene e carvão por gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha) até 2030, e após essa data, a transição para fogões elétricos e biogás.

Questões Socioambientais

A Nigéria está na 152º posição do Índice ND-GAIN (“Notre Dame Global Adaptation Initiative”, em inglês), que calcula a vulnerabilidade de 180 países às mudanças climáticas. Isso quer dizer que a Nigéria é um país bastante vulnerável. A Nigéria está exposta a vários riscos naturais, como inundações, tempestades, secas e incêndios florestais. Aproximadamente 24% da sua população vive em áreas com alta exposição climática. A elevação do nível do mar pode forçar o deslocamento de 27 a 53 milhões de pessoas até o final do século. A disponibilidade de água será afetada por secas, e a dependência da Nigéria de indústrias sensíveis ao clima, como agricultura, petróleo e gás, pode causar perdas econômicas significativas de até 30% do PIB até 2050.

O Environmental Justice Atlas, o atlas global da justiça ambiental, reportou 93 casos de conflitos socioambientais na Nigéria, a sua maioria por atividades de exploração de petróleo e gás. É importante lembrar que a Nigéria, desde o início dos anos 70, faz parte dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). O Delta do Níger é a região do país mais afetada por conflitos devidos ao petróleo, como vazamento de petróleo, que provocam a poluição das águas e degradação ambiental. Uma das principais petroleiras responsáveis por essa degradação é a Shell. Desde 2007, a empresa reconheceu o derramamento de mais de 55 milhões de litros de petróleo, mas segundo a Anistia Internacional, o número é bem maior.

Um dos dois países africanos, junto à Nigéria, que integra os países parceiros desde janeiro deste ano, a Uganda vê nos BRICS+ uma oportunidade para estreitar laços com alguns dos maiores mercados emergentes do mundo.

Uganda em Números

O país possui uma população de 45,9 milhões de habitantes. Com um IDH (Índice De Desenvolvimento Humano) de 0,550, a Uganda classifica-se em 159° lugar entre 191 países, sendo o país pior colocado entre as nações parceiras dos BRICS.

Os principais setores da economia de Uganda são o café, pescado, banana-da-terra, batata doce, cana-de-açúcar, milho, leite, algodão, tabaco, ouro, tungstênio, argila, granito, mica e cobre. Na pauta exportadora, os setores mais importantes são os de ouro (US$ 3,16 bilhões), café (US$ 990 milhões), petróleo refinado(US$), peixe seco/salgado/defumado (US$ 102 milhões) e cimento (US$ 91 milhões). Os principais destinos das exportações de Uganda são a Índia (US$1,5 bilhão), Emirados Árabes Unidos (US$1,13 bilhão), Hong Kong (US$727 milhões), Sudão do Sul (US$536 milhões) e Quênia (US$439 milhões).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2021, a Uganda foi o 83° maior emissor de gases de efeito estufa no planeta, sendo responsável por 0,11% das emissões globais totais. O país emitiu 53,61 milhões de toneladas de carbono equivalente. Agricultura (50,4%), LULUCF (26,1%), energia (18,4%), resíduos (3,9%) e processos industriais (0,6%).

Em setembro de 2022, a Uganda anunciou a atualização da sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). No NDC, a Uganda se compromete a reduzir as suas emissões em 24,7% em comparação com um cenário de referência, dos quais 5,9% são incondicionais. Do objetivo de 24,7% de mitigação, 20% bem de ações no uso da terra e da floresta, somando 30,4 MtCO2eq mitigadas. Estas serão reduzidas em várias frentes: Agricultura inteligente, produção sustentável de lenha e carvão vegetal, plantações, plantações comerciais de madeira em grande escala, restauração de florestas, eficiência energética, manejo da pecuária e manejo de zonas úmidas e turfeiras. A Uganda não tem uma meta de emissões líquidas zero, nem apresentou uma estratégia de longo prazo (LTS) a UNFCCC em seu último NDC.

Questões Socioambientais

Uganda é um país onde convergem sete regiões biogeográficas da África, tornando-se um dos 10 países com maior biodiversidade do mundo. O Rio Nilo passaporte ele, pontuado por várias quedas, como as quedas Murchison. No entanto, nos últimos anos, a cobertura florestal de Uganda foi reduzida em 50% (12,1 milhões de ha) de superfície total entre 1900 e 2012. A cobertura das zonas úmidas também foi reduzida de 15,6% em 1994 para 10,9% atualmente. Atualmente, o país é especialmente vulnerável a eventos extremos que levam a desastres como inundações, secas, e deslizamentos de terra, que tem aumentado nos últimos 30 anos. As inundações tornaram-se mais frequentes, em grande parte devido às chuvas mais intensas. A vulnerabilidade de Uganda é exacerbada devido ao seu alto nível de pobreza e sua alta dependência de setores sensíveis ao clima: Agricultura, água, pesca, turismo e silvicultura.

Parceria com o BRICS

Para Uganda, os BRICS+ chegam como aliados chave frente a possíveis sanções ou taxas comerciais de países do norte. Segundo o Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros: *“Os EUA e a UE, sempre que impõem sanções, esperam que todos os outros países cumpram. O não dizer isso resulta em outras penalidades e sanções…Uganda não pode simplesmente observar essas mudanças sem se tornar parte do cenário global em evolução.”*

Nesse sentido, a decisão de entrar nos BRICS alinha-se também com a decisão do governo de Uganda de comprar ouro localmente e aumentar as reservas neste metal, caso surjam dificuldades com o dólar. Outros fatores citados para a adição da Uganda são a disponibilidade de recursos energéticos e minerais que estão em alta demanda entre os membros dos BRICS, a oportunidade de atenuar as quedas tecnológicas aprendendo dos países membros e a oportunidade de acesso à Financiamento via o NDB.

Outras vozes falaram que o sentimento antiocidental foi outro fator decisivo, pois o Quênia é um país mais estratégico econômica e politicamente na região, e teria sido um melhor aliado para os BRICS, mas Uganda compartilha um alinhamento político com o bloco.

UZBEQUISTÃO

Uma das 15 repúblicas da antiga União Soviética (URSS), o Uzbequistão está localizado na Ásia Central. Sem saída para o mar, o Uzbequistão faz fronteira com o Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistao, Afeganistão e Turcomenistão.

Uzbequistão em Números

Com 35,6 milhões de habitantes (2023), é o país mais populoso da Ásia Central. O IDH do Uzbequistão é de 0,727, o que classifica o desenvolvimento humano do país como alto, sendo o 106° entre 193 países. Em 2023 o PIB do Uzbequistão foi de 101,59 bilhões de dólares.

Os principais setores da economia são a indústria, com destaque para os setores de mineral e hidrocarbonetos, e a agricultura. As exportações de ouro, algodão, cobre, petróleo e fertilizantes são as mais importantes da pauta exportadora. Em 2023, os maiores destinos das exportações foram Suíça ($8,1B), Rússia ($3,02B), Reino Unido ($2,65B), China ($1,82B) e Turquia ($1,45B).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2023, o Uzbequistão foi o 43° maior emissor de gases de efeito estufa no planeta, sendo responsável por 0,39% das emissões globais. O total emitido pelo país foi de 184,15 megatoneladas de carbono equivalente (MtCO2e). Os setores energético e agrícola são responsáveis pela maioria das emissões, com 71% e 20,1%. Os processos industriais (5%) e resíduos (3,9%) completam a lista das principais emissões.

A última atualização do Uzbequistão na sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) foi em 2021. O principal objetivo estabelecido nesta NDC foi o de reduzir as emissões de efeito estufa por unidade em 35% em relação ao nível de 2010. A NDC de 2022 também inclui três ações para acompanhar o objetivo de mitigação: Aumentar a participação das fontes de energia renovável para 25% da geração total de energia, dobrar o indicador de eficiência energética em relação ao nível de 2018 e reduzir pela metade a intensidade energética do PIB.

Além do NDC, o Uzbequistão elaborou um documento traçando uma Estratégia de Transição para uma Economia Verde (2019-2030). Esta estratégia é uma política nacional multisetorial que traça objetivos para uma transição para a economia verde. Dentre esses objetivos estão a melhora da eficiência energética da economia, consumo racional de recursos naturais por meio da modernização tecnológica e do desenvolvimento de mecanismos financeiros, a inclusão de critérios verdes nas áreas prioritárias de investimentos públicos e

gastos, com base nas melhores práticas internacionais, apoio a implementação de projetos piloto nas áreas de transição para a economia verde, por meio do desenvolvimento de mecanismos de incentivos estatais, parcerias público-privadas, cooperação com instituições financeiras internacionais e o desenvolvimento de um sistema de formação e requalificação de pessoal relacionado ao mercado de trabalho na economia verde.

Questões Socioambientais

O Uzbequistão está na 65° posição do índice ND-GAIN (“Notre Dame Global Adaptation Initiative” em inglês), que calcula a vulnerabilidade de 180 países às mudanças climáticas. O país tem uma baixa pontuação em vulnerabilidade climática e uma alta pontuação para “prontidão” aos riscos da crise climática. Segundo o ND-GAIN, *“Ainda existem desafios de adaptação mas o Uzbequistão está bem posicionado para se adaptar”*.

Porém, segundo o perfil de risco climático realizado pelo Banco Mundial, apesar de estar na média mundial de risco climático, o país tem exposição muito alta para terremotos. O país também está entre os 20 primeiros do mundo em termos de exposição à seca. Relacionado a isso, o Uzbequistão também enfrenta um alto risco de incêndios florestais. Além disso, também enfrenta níveis acima da média de riscos de inundações.

Tragédia Ambiental no Mar de Aral

Localizado entre o Uzbequistão e o Cazaquistão, o Mar de Aral era um grande lago de água salgada com 60 mil km² e profundidade de até 40 metros. Hoje restam apenas 10% de sua área original, no que é considerado uma das maiores tragédias ambientais do mundo. Para impulsionar a produção de algodão, políticas de irrigação agressivas implementadas pela URSS nos anos 60 desviaram os rios Amu e Sur, que alimentavam o lago, transformando o que antes era o quarto maior lago do mundo em deserto.

O nível de água caiu drasticamente, dividindo o lago em dois. Sem a irrigação dos rios, o mar se tornou supernatural e contaminado por agrotóxicos. Além da perda da biodiversidade, a poluição dos fertilizantes e agrotóxicos também impactou a saúde da população ao redor do mar, inclusive reduzindo a expectativa de vida na região. Atualmente, segundo a BBC News, depósitos de petróleo e gás sob o fundo do mar estão sendo explorados por empresas russas e coreanas, que aproveitam as condições secas para a extração.

A Tailândia é a segunda maior economia do Sudeste Asiático e o 20º país mais populoso do mundo. Para o país, tornar-se “parceiro” dos BRICS oferece oportunidades significativas para fortalecer os laços econômicos, tendo como principais áreas de colaboração o comércio, o investimento e o turismo. Além disso, o ministro de Relações Exteriores do país destacou que o status de parceiro do BRICS mantém a Tailândia no *“palco global, onde junto com outros países em desenvolvimento, poderia ter voz na abordagem dos desafios geopolíticos”*.

Tailândia em Números

Com uma população de 71,7 milhões de habitantes (2023), a Tailândia possui um IDH de 0,803 (2023), que é considerado um Índice de Desenvolvimento Humano muito alto e classifica o país em 66º entre 193 países. Com um PIB de 514,97 bilhões de dólares em 2023, os principais setores da economia tailandesa são a agricultura (arroz, açúcar e borracha) e a indústria manufatureira (maquinários, automóveis e eletrônicos). As principais exportações da Tailândia são peças de máquinas de escritório, circuitos integrados, caminhões de entrega, automóveis e eletrônicos. Os principais destinos das exportações são os Estados Unidos ($58,5B), China ($44,1B), Japão ($24,9B), Austrália ($13,5B) e Singapura ($13B).

Perfil de Emissões e Ambição Climática

Em 2021, a Tailândia emitiu 451,41 megatoneladas de carbono equivalente (MtCO2e). Isso torna o país o 20º maior emissor de gases de efeito estufa no planeta, sendo responsável por 0,95% das emissões globais totais. A maioria das emissões provém do setor energético (56,1%), seguidos por processos industriais (21,7%), agricultura (15,7%), LULUCF (3,5%) e resíduos (2,9%).

A Tailândia ainda não apresentou a revisão obrigatória da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) em 2025. A sua última atualização foi em 2022, trazendo as metas de mitigação. O país deve reduzir incondicionalmente suas emissões de gases de efeito estufa em 30% em relação ao nível projetado de “business-as-usual” (BAU) até 2030 (projeção BAU feita a partir do ano de referência 2005, na ausência de políticas climáticas importante). Esse nível de contribuição pode aumentar para 40%, com essa meta condicionada ao “acesso adequado e aprimorado ao desenvolvimento e transferência de tecnologia, recursos financeiros e apoio ao fortalecimento de capacidades”. As metas de longo prazo são de neutralidade de carbono até 2050 e emissão líquida zero de gases de efeito estufa até 2065.

O CAT (Climate Action Tracker) é um projeto científico independente que monitora e avalia a ação climática dos governos. É uma colaboração entre duas organizações, a Climate Analytics e a NewClimate Institute. O CAT tem uma avaliação geral da ambição climática da Tailândia como "criticamente insuficiente", indicando que as suas políticas e seus compromissos refletem

uma ação mínima, e não são de forma alguma consistentes com o Acordo de Paris, pois se todos os países seguissem a abordagem atual da Tailândia o aquecimento global superaria os 4°C. A meta condicional para 2030 é considerada "insuficiente". Para que a meta da Tailândia esteja alinhada com 1.5°C do Acordo De Paris, seu compromisso condicional precisaria ser uma redução de 65% em relação ao mesmo BAU. E a meta incondicional da NDC é "criticamente insuficiente" quando comparada a sua quota justa. Para ser justa, a NDC precisaria trazer uma redução incondicional de 57%.

A Tailândia está na 61° posição no índice ND-GAIN. O país tem uma baixa pontuação em vulnerabilidade climática e uma alta pontuação para "prontidão" aos riscos da crise climática. Segundo o ND-GAIN, "ainda existem desafios de adaptação, mas a Tailândia está bem posicionada para se adaptar". Porém, o perfil de risco climático do país apresentado pelo Banco Mundial destaca que a principal vulnerabilidade do país é devido às chuvas intensas, inundações e secas, além dos impactos da elevação do nível do mar. A erosão é um grande problema das zonas costeiras, pois ela afeta as comunidades pesqueiras locais, bem como os principais portos marítimos e zonas industriais. Isso aumenta o risco dos impactos das mudanças climáticas, como eventos climáticos extremos, além do aumento de temperatura e precipitação, os quais afetam a agricultura e o turismo na Tailândia.

Questões Socioambientais

Quem acompanhou a 3° temporada de *The White Lotus*, série da HBO, já conhece as belas paisagens tropicais da Tailândia. Todavia, o turismo no país é um setor econômico crucial que está sendo ameaçado pelas mudanças climáticas. Ademais, a atividade turística também intensifica os efeitos adversos da crise climática. Segundo o PNUD, o turismo desempenha um papel crucial na economia, contribuindo para 20-22% do PIB tailandês. As mudanças climáticas levam a perda de áreas turísticas, culturais e naturais. Em 2024, a Tailândia enfrentou temperaturas recordes no mar, causando um evento de branqueamento em massa de corais, e a morte de algas marinhas, o que afetou profundamente a vida marinha. Além disso, tempestades e inundações estão ficando cada vez mais destrutivas. Em 2024, o país viveu suas piores inundações em décadas, afetando mais de meio milhão de famílias.

Koh Samui, onde fica o resort de luxo onde é gravada a série, é um exemplo de como o turismo pode agravar os problemas devido à crise climática. O sistema de água da ilha já não é mais suficiente devido ao crescimento do turismo, o que causa escassez de água. Os sedimentos e resíduos da construção de resorts danificaram os recifes de corais e a vida marinha, e o lixo se acumula nas margens das estradas e do oceano. A Tailândia é um dos maiores contribuintes para a poluição plástica marinha, sendo o 6° maior poluidor do mundo. E, segundo o Banco Mundial, o turismo é a principal causa da poluição plástica no país. Um total de 16,8 mil toneladas por ano de resíduos plásticos é gerado nos pontos turísticos tailandeses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta publicação consolida e expande a análise iniciada na série **"BRICS em Expansão"**, publicada no perfil da Plataforma Socioambiental no Instagram entre 2023 e 2025. Esta análise apresenta os perfis dos 20 países que, a partir de 2024, intensificaram seu envolvimento com o BRICS – seja mediante a adesão formal ao grupo (com a inclusão de novos 11 membros), seja através do novo status de “parceiros”, categoria que engloba outras 9 nações. Os dados revelam a diversidade do BRICS+ em diferentes dimensões: distribuição geográfica, estruturas econômicas, contextos sociopolíticos e perfis ambientais e climáticos.

Os dados referentes aos **perfis socioeconômicos** dos países apresentados foram informados pelas seguintes fontes: Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Observatory of Economic Complexity (OEC). Os **perfis de emissão** e a análise das ambições climáticas são baseados nos dados do Climate Watch, do Climate Action Tracker e nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, sigla em inglês) apresentadas à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, sigla em inglês), disponíveis na página: Nationally Determined Contributions Registry.

AGRADECIMENTOS

A Plataforma Socioambiental do BRICS Policy Center agradece ao Instituto Clima e Sociedade (iCS) pelo apoio fundamental à realização desta publicação, bem como de outros projetos e atividades de nosso núcleo de pesquisa.

Um agradecimento especial vai aos pesquisadores e pesquisadoras que contribuíram para a série de postagens que embasam esta publicação: Giovanna Martins, Isabelle Fernandes Caon, Juan David Patiño, Maria Beatriz Mello, Matteo Minola e Pedro Paulo Nogueira.

Agradecemos também pelo trabalho dos estagiários da Plataforma Socioambiental – Bernardo Queiroz, Clara Mimoso e Rafael Moreira – na escrita, edição, revisão e diagramação deste material.

Por fim, nossos agradecimentos se estendem às coordenadoras da Plataforma Socioambiental – Maureen Santos e Paula Sandrin – e a toda a equipe do BRICS Policy Center e do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio pelo apoio contínuo.

PUC RIO

Instituto de Relações Internacionais

BRICS Policy Center
Centro de Estudos e Pesquisas BRICS

ANOS 15 2010-2025

PLATAFORMA SOCIOAMBIENTAL

Apoio:

iCS 10 ANOS
instituto CLIMA e SOCIEDADE